-abril/2020 - época desta aquisição -, com acomodação do mercado somente em momento posterior; e, por considerar que o preço menor registrado no levantamento do Governo Federal estava baseado em apenas uma compra do ano de 2019, momento anterior ao advento da pandemia.

Ante o exposto, julgo regulares a dispensa de licitação e a nota de empenho nº 2020/1988 emitida em 23/08/2020 (nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93) e todo conhecimento da execução contratual e do termo de recebimento de 14/4/2020, com recomendação à Prefeitura Municipal de Mauá para que, ao realizar aquisições de espécie baseada no mesmo dispositivo legal, utilize-se de mais de uma das modalidades previstas pelo inc. VI do art. 4º da Lei 13.799/20.

Publique-se.
Aguardar-se o prazo recursal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os processos.
PROCESSO: 00010440.989.19-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUÁ. ADVOGADO: (OAB/SP 140.436) / EVILAZO FERREIRA DE SOUZA (OAB/SP 190.824). CONTRATA-DA: BYD DO BRASIL LTDA (CNPJ 17.140.820/0002-62). INTERESSADOS: JOSE LUIZ MONTEIRO, CARLOS ROBERTO WISSECH, JONCY JOSE DA SILVA FILHO. ASSUNTO: Contrato nº 2953, Preço Eletrônico nº 051/2018. Processo nº 279.455/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de 02 veículos, tipo sedan, com motorização 100% elétrico, 04 portas, capacidade mínima de 05 passageiros. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-03. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00012127.989.19-2.

Em exame, a licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Araúj e o contrato com a empresa Byd do Brasil Ltda., para a locação de veículos elétricos, para uso da Guarda Civil Municipal.

A execução contratual, que está sendo acompanhada por meio do TC-11217/989/19-2, será examinada oportunamente.

Precedeu a contratação a realização de licitação pública, pelo qual se concluiu que o uso do carro elétrico é mais econômico e sustentável e que a locação é mais vantajosa que a aquisição.

Participaram do certame 2 empresas, sendo obtido o valor mensal de R 7.250,00 por veículo, inferior ao estimado, de R 7.500,00 mensais por veículo, com base em pesquisa feita junto a 3 empresas do ramo.

O contrato de nº 02/2018, previa a execução dos serviços por 36 meses, pelo valor de R\$ 523.800,00.

A fiscalização, a cargo da 3ª DF, entendeu que não foi locação justificada a opção da administração pela aquisição dos veículos. Também, concluiu que a pesquisa de preços feita foi pouco extensa, podendo não ser suficiente para comprovar a vantajosidade da contratação, considerando que o valor pago foi superior ao contratado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, para objeto semelhante - R\$ 3.900,00 mensais por veículo.

A Prefeitura Municipal de Araúj apresentou justificativas, no sentido de demonstrar a vantagem da contratação e o atendimento dos princípios constitucionais que regem a atividade da administração pública. Em relação aos valores contratados, alegou que são os mesmos praticados no mercado para esse objeto, e que não é possível comparar a locação em exame, de dois veículos, com a realizada pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, envolvendo 30 veículos.

Foi concedido ao MPC o direito de vista dos autos.
É o relatório.
DECIDU

A matéria comporta juízo de regularidade.
O Edital de licitação, amplamente publicado, não contem com exigências contrárias à legislação ou ao entendimento desse Tribunal, possibilitando uma disputa de preços entre as proponentes.

Em relação às justificativas para a contratação, a meu ver, os estudos preliminares realizados pela administração são suficientes para elucidar as razões da administração pelas opções feitas, tanto em relação ao emprego de carros elétricos, quanto em relação à locação, e não aquisição dos veículos.

Alinda, o procedimento adotado pela Prefeitura Municipal de Araúj para formular seu orçamento estimativo, através de pesquisa de preços junto a três empresas do ramo, é usualmente aceito por esta Corte como forma de comprovar a compatibilidade dos valores praticados com os de mercado, em atendimento ao inciso IV do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

Quanto ao valor praticado pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, entendo que este não sirva de parâmetro para aferir a vantajosidade da contratação em tela, tendo em vista a significativa diferença nas quantidades de veículos locados, em cada caso.

Cabe aqui, no entanto, recomendação à origem para que, em situações futuras, considere a ampliação da amostragem de pesquisa, inclusive com o uso de outras fontes, como pesquisas em sites especializados, bancos de preços de contratações de outros órgãos, entre outros, o que pode contribuir para que a estimativa reflita de forma mais ampla a realidade de mercado.

Diante do exposto, julgo regulares a licitação e o contrato e legais as correspondentes despesas, sem prejuízo da recomendação feita.

Publique-se e, quando oportuno, arquivem-se.

Ao Cartório, para as providências cabíveis.
PROCESSO: 00010676.989.20-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUÁ. ADVOGADOS: KLAUDIO COFFANI NUNES (OAB/SP 165.885) / ENRIQUE SANTOS PANDOLELLI PEDROSA (OAB/SP 332.600). CONTRATADA: EPC CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 04.664.713/0001-00). INTERESSADOS: ELSON BANUTH BARRETO, ANTONIO EMILIO CARLOS CARDOSO DE MORAES. ASSUNTO: Edital - Processo nº 028/2019, Tomada de Preços nº 002/2019, Contrato nº 064/2019, OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obras Construção de Parque Esporte e Lazer incluindo a Restauração da Área Degradada, incluindo todos os materiais, mão de obra e serviços afins e correlatos na modalidade e Tomada de Preços do tipo menor preço sob regime de empreitada por preço global conforme Termo de Convênio Concedente; Secretaria da Justiça e Cidadania e o conselho Gestor do Fundo Estadual dos Interesses Difusos - FID Processo SJ/CF 1333051/2017. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-02. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00011820.989.20-4.

Em exame, a licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Arealva, e o contrato com a empresa EPC Construções Ltda., para a construção do Parque Esporte e Lazer.

A execução contratual, que está sendo acompanhada por meio do TC-11820/989/20-4, será examinada oportunamente.
Do valor estimado, de R\$ 1.050.306,22, R\$ 1.000.000,00 são advindos de recursos de convênio estadual e o restante a título de contrapartida municipal.

Participaram do certame 2 empresas, não havendo inabilitações. O contrato, de nº 01/2019, previa a execução dos serviços em 12 meses, pelo valor de R\$ 1.048.612,18.

A fiscalização apontou as seguintes questões:
- Não foram atendidos os incisos I e II da LRF;
- Não houve publicação do Edital no DOE;
- Foi exigida, para participação, garantia de 3% sobre o valor estimado da obra, e esta não foi apresentada pela WALP, que mesmo assim não foi inabilitada;

- Não foram fixadas parcelas de maior relevância para comprovação de capacidade técnico-profissional;
- Foi exigida, para comprovação de capacidade técnico-operacional, comprovação de execução de serviços em percentual superior a 60%;

- Habilitação de empresas que não cumpriram requisitos do Edital.

A Prefeitura Municipal de Arealva apresentou esclarecimentos:

- Não houve previsão das despesas futuras que serão criadas, pois os serviços de manutenção serão realizados pelos próprios funcionários da Prefeitura, usando equipamentos já existentes;

- Houve publicação no Diário Oficial de Arealva e no Jornal da Cidade de Bauri;

- A empresa Walp recolheu a caução para participar do certame; o comprovante, que não havia sido juntado aos autos, está sendo apresentado nessa oportunidade; o percentual de 3% está dentro do limite de 5% previsto no artigo 56 da Lei de licitação; trata-se de percentual inferior, comparado com o valor da obra, e tem como objetivo garantir o interesse público;

- Em relação à capacidade técnico-profissional, a empresa vencedora demonstrou o cumprimento da exigência, conforme documentos anexos;

- Quanto à capacidade técnico-operacional, a exigência de comprovação de 120.043 m3 de concreto equivale a 57,4% da quantidade total (209,5m3), e a exigência de comprovação de 2.039,30 kg de fornecimento de montagem de estrutura metálica equivale a 59,3% do total (3.438,83kg); e
- As empresas foram habilitadas por preencherem todos os requisitos do Edital.

Foi concedido ao MPC o direito de vista dos autos.
É o relatório.
DECIDU

Alinda que algumas questões levantadas pela Fiscalização possam ser afastadas, a matéria não comporta juízo de regularidade.

Os cálculos apresentados pela origem demonstram que os quantitativos de execução de concreto e de estrutura metálica, exigidos para a comprovação de capacidade técnico-operacional, em relação ao quantitativo total pretendido, não destoaram do percentual entendido como razoável, em conformidade com a Súmula nº 24 deste Tribunal.

Também, a juntada do comprovante de garantia da proposta apresentada pela empresa WALP elide a questão relativa à sua habilitação, sem essa comprovação.

Contudo, remanesceram impropriedades que comprometem a matéria, especialmente por prejudicarem a competitividade do certame.

E o caso, por exemplo, da deficiente publicidade do Edital. Alinda que o instrumento convocatório tenha sido divulgado por meio do Diário Oficial do Município e a ausência de publicidade por meio do Diário Oficial do Estado dentro da previsão contida no inciso II do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93. Agrava a situação o fato de só terem comparecido ao certame 2 empresas.

Alinda, a baixa competitividade pode ter decorrido de exigências contrárias ao inciso I do §1º do artigo 3º da Lei de Licitações.

À Prefeitura Municipal de Arealva não esclareceu sobre a ausência de eleição de parcelas de maior relevância para a comprovação de capacidade técnico-profissional, em descompasso com o inciso I do §1º do artigo 30 da lei de Licitações e com a Súmula nº 23 deste Tribunal.

Também pode ocasionar uma indesejável redução da competitividade a imposição de garantia da proposta em valor equivalente a 3% do montante estimado. A garantia voltada à qualificação econômica, financeira, limitada a 1% do valor estimado, nos termos do inciso III do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93, não se confunde com a garantia contratual, de até 5% do valor do ajuste, conforme previsto no §2º artigo 56 dessa Lei.

Alinda, também compromete a matéria a cumulatividade de exigências potencialmente restritivas com a habilitação e contratação de empresa que se cumpra todos os requisitos do edital à CAT apresentada comprova o cetero cetero do profissional indicado como responsável pela empresa EPC Construções Ltda.. Contudo, não foi comprovada a capacidade técnico-operacional da empresa, o que configura desprestígio ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no caput do artigo 3º e no artigo 41 da Lei de Licitações.

Diante do exposto, julgo irregulares a licitação e o contrato e ilegais as correspondentes despesas, em face do descumprimento dos artigos 3º, caput e §1º, 21, II, 30, §1º, I, 31, III e 41, todos da Lei Federal nº 8.666/93, e da súmula nº 23 deste Tribunal, aplicando-se o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se e, quando oportuno, arquivem-se.
Ao Cartório, para as providências cabíveis.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO:TC-000384/989/16 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE RESPONSÁVEL: MARCELO YOSHINORI KAMEIWA - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO À ÉPOCA ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO INTERESSADOS: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO LUIANA MARIA DE OLIVEIRA; GISELINE RODRIGUES SEGUNDO; FABIANA CARLA DA SILVA SANTOS; DENTISTA - 20 HORAS VANESSA ONOZATO USHIMARI; VALDILÉCIA ROSA DE SOUZA; DANIEL FALLEIROS NUNZIATA; ENGENHEIRO ELÉTRICO CARLOS ALBERTO TOLEDO; FONOAUDIOLÓGICO SYLVANA DE ALMEIDA FERREIRA; ORIENTADOR SOCIAL ROSÉLIA MARIAS; PROCURADOR DE NÍVEL I - CAT. INICIAL PATRICIA MENDES PEDROSA - LÍZCA; PROFESSOR DE DANÇA ROBERTA GOMES MARCELA GOMES MOURA RIBEIRO; MARIANA MOREIRA MARTINS; RAQUEL MENESSES DE LIMA; FERNANDA TEIXEIRA IANNUZZI; PROFESSOR DE MUSICALIZAÇÃO - CANTO CORAL MIRIAN SILVA DOS SANTOS FERREIRA; DÉCIO FERREIRO CARRION DE OLIVEIRA; ISABEL CRISTINA ANDREA SAMGEMIA; PROFESSOR DE VIOLÃO RENATO EDUARDO YANO; EVANGRINO PIRES BARBOSA; LEANDRO GONZAGA RODRIGUES; FRED LINCOLN BRITO FALCÃO; TEC. DE ENF. - CONDUTOR DE MOTOLÁCIA MICHEL ANTONIO TELES DE CAMPOS; MARGIE APARECIDO PIRES; GABRIEL GARBELINI FOGAÇA; TÉCNICO EM FARMÁCIA VITÓRIA PASSOS MARTINS; JASLIANY TELLES DA SILVA; ANA ELISA DE OLIVEIRA PEREIRA; ANDREA MONTEIRO VITAL EXERCÍCIO: 2014 ADVOGADOS: FRANCISCO A. M. RODRIGUEZ - OAB/SP 113.591 - MARCELO PALAVERI - OAB/SP 114.164 FLÁVIA MARIA PALAVERI - OAB/SP 137.889 FABIANO BALBINO VIEIRA - OAB/SP 238.056 INSTRUÇÃO POR: UR-20 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Entretanto, JULGO ILEGAL o ato de admissão do servidor Daniel Falleiros Nunziata, negando-lhe o registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO:TC-000509/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Campina de Macedônia RESPONSÁVEL: Lucilene Cabreira Garcia Marcolino - Prefeito à Época ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Tempo Determinado INTERESSADOS: Camilla Duarte Fernandes de Souza e outras EXERCÍCIO: 2018 ADVOGADO: Marlon Carlos Matoli Santana - OAB/SP 227.137 INSTRUÇÃO: UR-11 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando ao Município de Macedônia que, nas futu-

ras admissões, escoime os processos de admissão das falhas apontadas pela Fiscalização. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-2267/989/17 ÓRGÃO: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Valinhos MUNICÍPIO: Valinhos RESPONSÁVEL: Wilson Vanderlei Ventura - Presidente da Comissão de Avaliação Geral de Exercício de 2017 INSTRUÇÃO: UR-3 - Unidade Regional de Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES, com ressalvas, as contas anuais de 2017 do Instituto de Previdência Municipal de Valinhos, conforme artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93. Recomendando à origem que, em conjunto com executivo municipal, busquem junto ao atuário a elaboração de medidas que, em prazo não superior a 20 anos, anulem o presente déficit atuarial, em um programa que apresente encargos exequíveis e decrescentes no tempo, observando-se, com rigor, as disposições contidas na Portaria MPS nº 403/2008, alterada pela Portaria MPS nº 21/2013. Quito o responsável, Wilson Vanderlei Ventura - Presidente à época, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal. Excetuo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: 00002288.989.18-9 ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBITINGA (CNPJ 57.712.473/0001-39) ADVOGADOS: KILZA GONCALVES LEITE (OAB/SP 190.23) e inciso II da Lei Complementar Estadual nº 318.683) RESPONSÁVEL: EDSON FERNANDO INACIO - Gestor Executivo ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-13 PROCESSO REFERENCIAL: 00014521.989.18-6

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença referida, JULGO REGULARES com RESSALVAS as contas do Serviço Autônomo Municipal de Saúde de Ibitinga, do exercício de 2018, nos termos do artigo 23, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 709/93, dando-se quitação ao responsável, excetuando os atos pendentes de apreciação. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-2311/989/18 ÓRGÃO: Serviço Autônomo de Água e Esgoto MUNICÍPIO: Rio das Pedras RESPONSÁVEL: Daniel Gonçalves - Superintendente ASSUNTO: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2018 ADVOGADO: ESTEVAN TOZIN (OAB/SP 316.605) INSTRUÇÃO: UR-10 / DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença, JULGO IREGULAR o Balanço Geral aqui tratado, com fundamento no artigo 33, III, "b" c.c. artigo 36, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 709/93, excetuando os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00002549.989.19 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE LOUVEIRA - FUMHAB ADVOGADO: ANDRE ANDREIA BATISTA (OAB/SP 252.599) RESPONSÁVEL: NELSON EDUARDO ORMESENI - SUPERINTENDENTE À ÉPOCA EM EXAME: Balanço Geral do Exercício EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES com as recomendações constantes nesta decisão, as contas anuais de 2019 da Fundação Municipal de Habitação de Louveira do exercício de 2019, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, dando-se quitação ao responsável, excetuando os atos pendentes de apreciação. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-012113/989/20 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIENTE RESPONSÁVEL: CARLOS EDUARDO BOLDORINI MORIS - PREFEITO ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL nº 02/2018 - CONCURSO nº 02/2018 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: AGENTE COMODORO DE SAUDE RENATA MARIA MARTINS SOUZA; RENATA KELLY MOREIRA TEIXEIRA; RENATA ANDREA FLORENTINO DE ALMEIDA; DANIELA DE ALMEIDA FERREIRA; ANA CAROLINA DE SAUS; GABRIEL HELENA DOS SANTOS CASTILIONI; SILVANA GONCALVES GOMES DA SILVA; CREUSA SILVA GUIMARAES SANTOS; MARIA ALICE BORGES DE SOUZA; VERONICA CRISTINA DOS SANTOS; MICHELLE APARECIDA DE SOUZA SANTOS; VATZUE RODRIGUES DOS SANTOS SOUSA; AUXILIAR ADMINISTRATIVO I KARLA LAUANE BARROS; CRISTIANE DE SOUZA BERTO; AUXILIAR ADMINISTRATIVO I JOAO VITOR PADOVAN DE SOUZA; LUCIANA DE MOURA FERREIRA DOS SANTOS; BRUNA BARBIERI RODRIGUES ALVES; TAINIA CRISTINE RODRIGUES; SONIA ELESBAO DE SOUZA FELIX; SERVICOS GERIAS EVERALDO WAGNER XAVIER; TECNICO DE ENFERMAGEM VERIDIANA CRISTINA LUQUES RODRIGUES DO AMARAL; RONALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES; VANESSA PAULO DOS SANTOS; MARIA CRISTINA DOS SANTOS; ANDREA VIVIANE DOS SANTOS; FERNANDA CRISTINA ROCHA DE LIMA; MARILIA APARECIDA REDUZINO; APARECIDA GOMES DE SOUZA; KLEBER DOS SANTOS LOPES; PATRICIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS; BRUNA BARBIERI RODRIGUES ALVES; TECNICO EM FARMACIA RENATA APARECIDA PIRES BANDEIRA; TESOUREIRO JULIANA GONCALVES DIAS INSTRUÇÃO: UR-04 UNIDADE REGIONAL DE MARILIA

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019963.989.20-6 ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE JACAREI - SAAE ADVOGADO: SABRINE FRAGA DE SA (OAB/SP 203.549) RESPONSÁVEL: NELSON GONCALVES PRATINI JUNIOR - PRESIDENTE ANILDO LUIZ DE SOUZA CAMERINO JUNIOR - PRESIDENTE NOME Nº 11401/2019 AS 20/11/2019; 15/05/2019 AS 29/05/2019 e 31/07/2019 AS 14/08/2019) MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº: 01/2018 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: ANA NÍWA E OUTROS. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR-7

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019563.989.20-1 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE BRODOWSKI ADVOGADO: EDUARDO CANDIDO FERREIRA (OAB/SP 178.773) RESPONSÁVEL: LEANDRO GOMES JANONI - DIRETOR MATÉRIA: PENSÃO EXERCÍCIO: 2019 EX-SERVIDORES: DANIEL ALEXANDRE MARTINS E OUTROS. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - UR-6

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULARES as concessões de PENSÃO dos ex-servidores acima relacionados, e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019786.989.20-2 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA RESPONSÁVEL: FRANCISCO DANIEL CELEGIUM DE MORAIS ROSANGELA MARIA VICACAS MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº 01/2017, Nº 01/2018 e Nº 02/2018. CONCURSO Nº 01/2017, Nº 01/2018 e Nº 02/2018. EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADOS: CAROLINE RAFAEL MANDRI FREITAS E OUTROS. INSTRUÇÃO: 9ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO - DF-9.1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019904.989.20-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS INDIOS RESPONSÁVEL: JOSE AMAURI LENZONI - PREFEITO MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº: 01/2017 CONCURSO Nº 01/2017 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: MAIARA CRISTINA TEIXEIRA INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - UR - 5

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão da servidora em exame e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Entretanto, JULGO ILEGAL o ato de admissão do servidor Daniel Falleiros Nunziata, negando-lhe o registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019904.989.20-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS INDIOS RESPONSÁVEL: JOSE AMAURI LENZONI - PREFEITO MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº: 01/2017 CONCURSO Nº 01/2017 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: MAIARA CRISTINA TEIXEIRA INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - UR - 5

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão da servidora em exame e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Entretanto, JULGO ILEGAL o ato de admissão do servidor Daniel Falleiros Nunziata, negando-lhe o registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019904.989.20-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS INDIOS RESPONSÁVEL: JOSE AMAURI LENZONI - PREFEITO MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº: 01/2017 CONCURSO Nº 01/2017 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: MAIARA CRISTINA TEIXEIRA INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - UR - 5

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão da servidora em exame e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Entretanto, JULGO ILEGAL o ato de admissão do servidor Daniel Falleiros Nunziata, negando-lhe o registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019904.989.20-9 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DOS INDIOS RESPONSÁVEL: JOSE AMAURI LENZONI - PREFEITO MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº: 01/2017 CONCURSO Nº 01/2017 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADA: MAIARA CRISTINA TEIXEIRA INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE - UR - 5

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão da servidora em exame e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Entretanto, JULGO ILEGAL o ato de admissão do servidor Daniel Falleiros Nunziata, negando-lhe o registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-012822/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência Municipal de Itabati - IPREI RESPONSÁVEL: Marlene de Fátima Alves de Oliveira - Dirigente à Época EM EXAME: Aposentadoria INTERESSADO: Laurineiro Berto Brios EXERCÍCIO:

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019963.989.20-6 ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE JACAREI - SAAE ADVOGADO: SABRINE FRAGA DE SA (OAB/SP 203.549) RESPONSÁVEL: NELSON GONCALVES PRATINI JUNIOR - PRESIDENTE ANILDO LUIZ DE SOUZA CAMERINO JUNIOR - PRESIDENTE NOME Nº 11401/2019 AS 20/11/2019; 15/05/2019 AS 29/05/2019 e 31/07/2019 AS 14/08/2019) MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - EDITAL Nº: 01/2018 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: ANA NÍWA E OUTROS. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR-7

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

2018 ADVOGADO: Alfredo Carlos Mangilli - OAB/SP 96.023 INSTRUÇÃO: UR-13 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO ILEGAL o ato concessório da aposentadoria em exame, negando-lhe o respectivo registro e aplicando, por consequente, o disposto no inciso XV do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Determino ao Instituto de Aposentadoria do Município de Itabati a adequação do cálculo dos proventos às regras constitucionais. Fixo ao atual Presidente do IPREI o prazo de 60 (sessenta) dias para informar a este Tribunal a adoção das providências para regularização dos proventos sob pena de aplicação das cominações legais, inclusive podendo ser compelido ao ressarcimento do erário. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: 00016314.989.20-3 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA ADVOGADO: RODRIGO PRIMO ANTUNES (OAB/SP 297.577) RESPONSÁVEL: CIRIO AUGUSTO MOURA VENERONI - PREFEITO À ÉPOCA ASSUNTO: Apartado do TC-4050.989.18 Decisão da Segunda Câmara Seção de 04/02/2020 Para tratar de análise da remuneração acima do teto constitucional (Item B.1.9.2 do relatório). EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA